

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove

----Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, na cidade de Mangualde, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----Período de Antes da Ordem do Dia -----

----1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2019; -----

----Período da Ordem do Dia -----

----1 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração/ajustamento ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, ao abrigo das competências da alínea d) do Art.º 3º do Regimento da Assembleia e das disposições do nº 1 do Art.º 14º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões; -----

----2 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril e o dia 13 de novembro de 2019, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----3 - Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----4 - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 616/2019, de 23 de outubro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----5 - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----6 - Análise, discussão e votação de, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril e alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, relativamente ao ano de 2019 e 2020, respetivamente, que a CIM Viseu Dão Lafões não pretende exercer as competências previstas Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril; -----

----7 - Análise, discussão e votação da proposta de empréstimo, de curto prazo, sob a forma de conta corrente, de acordo com a Informação de Serviço n.º 691/2019, de 12 de novembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----8 - Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal,

para ratificação da autorização de reprogramação do PPI 2019 e a inserção de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para a construção da ligação da EN 329-1 a Germil, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----9 - Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação da GOP 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente aos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 do procedimento para “Celebração de contrato do serviço público de transporte rodoviário da CIM Viseu Dão Lafões”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

----10 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 687/2019, de 12 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

----11 - Listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 6 de abril de 2019 e 08 de novembro de 2019, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 689/2017, de 12 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

----Intervenção do Público-----

----Realizada a chamada às dezassete horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -

----Filipe Manuel Gonçalves Pacheco Pais;-----

----Edite da Conceição Alves da Cruz.-----

----Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.-----

----Período de Antes da Ordem do Dia-----

----Quanto ao **primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2019-----

----Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----De seguida o Senhor Presidente deu conhecimento à Assembleia Intermunicipal do teor do expediente recebido.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Considerando que:-----

----O Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV) é uma instituição de referência na região, servindo cerca de meio milhão de pessoas, com valências e profissionais de excelência; -----

----O CHTV tem sido importante e nuclear para toda a região pelos cuidados de saúde que presta, mas também por ser uma instituição essencial para o desenvolvimento, atração e fixação de pessoas, justificando, também por isso, todos os investimentos estruturantes que possam melhorar e ampliar as suas valências médicas e a qualidade de vida das pessoas que habitam e pretendam vir a fixar-se neste território; -----

----A instalação de uma Unidade de Radioterapia e de um Centro Oncológico no CHTV e a prometida, e mais vezes adiada, requalificação e ampliação das urgências são uma aspiração justa e incontornável de toda a região;-----

----Os incompreensíveis atrasos na concretização destes investimentos, considerados unanimemente inadiáveis (a instalação de uma Unidade de Radioterapia e de um Centro Oncológico e a requalificação e ampliação do serviço de urgência) devem merecer da parte do governo e da Sr.^a Ministra da Saúde uma informação política clara, rápida e calendarizada sobre as intenções do novo governo, relativamente a estes investimentos, acompanhada das razões que explicam os sucessivos adiamentos destes processos. -----

----Em meu nome e do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista, apresento a seguinte moção, solicitando a sua votação nesta Assembleia Intermunicipal, reunida em Mangualde, em sessão ordinária, em 25 de novembro de 2019:-----

– 1. Solicitar à Sr.^a. Ministra da Saúde que, no mais breve espaço de tempo possível, torne público qual o ponto da situação, relativamente à instalação do Centro Oncológico no CHTV, clarificando, de uma vez por todas, quais as intenções do governo e do seu ministério sobre este processo. -----

– 2. Solicitar à Sr.^a. Ministra da Saúde que esclareça toda a comunidade interessada e dependente dos serviços de saúde do CHTV, bem como todos os profissionais que trabalham nesta reconhecida instituição, quais as razões para os sucessivos adiamentos das obras de ampliação e requalificação das urgências do CHTV e qual o calendário previsto para a sua concretização.-----

– 3. Uma vez aprovada a presente moção, seja dado conhecimento desta deliberação ao Senhor Primeiro Ministro, à Senhora Ministra da Saúde, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, aos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal de todos os municípios integrantes da CIM Viseu Dão Lafões”.

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Mais uma vez uma moção. Já da última vez foi apresentada uma moção do Partido Socialista e mais uma vez, tudo boas intenções e a verdade é que continuamos de moção em moção a não resolver, a não ter um Governo que resolva o problema.

---É inadmissível! Já passaram os quatro anos de imputação de responsabilidades aos governos anteriores e eu aqui fazia uma pergunta muito concreta à CIM, ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal: Quando é que as autarquias desta região abdicaram de fundos estruturais em favor da requalificação do Centro Hospitalar? O que estava aqui em causa era um diferencial, que era para a comparticipação nacional.

---Este Governo derivado das cativações não teve a capacidade de fazer um investimento público em Viseu.

---Por isso andamos aqui de moção em moção a adiar um problema e agora é novamente notícia pelos utentes, pelos bombeiros a situação do hospital e mais uma vez uma moção e lamento que o Senhor Deputado não venha aqui com uma moção construtiva e não venha aqui condenar este Governo e o anterior.

---Porque abriram um concurso adjudicaram a obra e depois não houve a capacidade de haver o complemento que pudesse fazer avançar a obra e claro que a empresa, passado dois anos disse que já não iria fazer a obra, assim como os outros candidatos do concurso.

---E o novo concurso já abriu? Não! Este é o problema, o adiar e depois sabendo que iam ser confrontados com a situação mais uma moção.

---Só lamento que não haja uma condenação desta situação, que faça somente uma moção.

---Quanto ao Centro Oncológico, está lá placa! Continua lá a placa e o Centro é uma necessidade e continua sem uma solução.

---Veio cá também o Secretário de Estado dizer que ia avançar uma Unidade de Radioterapia e mais uma vez continuamos a adiar um problema”.



---O que eu lamento e estou de acordo com a moção, o problema é a vergonha em termos esta situação, mais uma falta de um investimento que complementasse a participação dos autarcas, que abdicaram dos fundos estruturais em prol de um benefício para todos os utentes da região” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Em resposta ao Dr. Mota Faria posso indicar que o Pacto foi assinado em trinta e um de agosto de dois mil e quinze e o valor rondou os cinco milhões de euros.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Da outra vez vinha no IP3 no sentido Coimbra-Viseu e agora vim de Aveiro para cima e o que me traz aqui é o seguinte: Eu neste percurso o que vi e que os realizo há dois anos e ainda não se vê nenhuma floresta recuperada. -----

---Aquilo que me pareça e que isto o demonstra é que as pessoas da nossa região por si não têm capacidade, nem meios para fazer uma recuperação da nossa floresta. Penso que será uma das áreas em que os fundos comunitários têm de investir fortemente se quisermos ter alguma coisa. -----

---Neste momento o que vemos são eucaliptais avulsos, são giestas, árvores ainda por cortar e algumas em perigo de queda. -----

---Penso que é uma área em que as nossas comunidades rurais já não têm capacidade para fazer e sem uma grande intervenção do Estado, sem uma grande reorganização do terreno. São questões que temos de enfrentar sob pena de ficarmos sem nada. -----

---Era sobre isto que eu gostaria que a CIM visse como se organizar, que se faça pressão nesta área e para que haja de facto no próximo quadro comunitário, porque senão a nossa região vai ficar provavelmente num sítio bom para a vida selvagem. -----

---Era só sobre este ponto que eu queria alertar e para todos vermos e colocarmos este assunto na agenda e dar muita importância.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Começo esta intervenção, porque eu acho que é um assunto em que todos devemos refletir. -----

--- Acho que se caminhou nos últimos anos para a dignificação do trabalho agrícola, mas temos que encarar aquilo a que se chama a agricultura social. -----

---A agricultura tem de ser e a floresta tem que ser subsidiada e isto é um desafio, uma reivindicação que todos devemos fazer, em que termos não sei, mas nós temos que ter uma agricultura social no interior. -----

---Aproveito ainda, para por um lado agradecer o envio do parecer e com todo o respeito ao Senhor Presidente da nossa Assembleia, constitucionalista e defensor das formalidades, que eu sei que é, eu pensei que perante as dúvidas colocadas na última assembleia que iria ter um papel muito mais ativo, até porque foi solicitado aos dois Presidentes este papel ativo em solicitar o parecer, até porque as dúvidas eram pertinentes. -----

---As formalidades, embora muitas vezes as pessoas tentem desvalorizar, elas são importantes, porque muitas vezes começa-se a agilizar procedimentos e depois entramos no aligeirar procedimentos e depois sabemos onde vamos terminar o resto. -----

---Depois quando há um problema é uma vergonha e é aquilo que às vezes todos assistimos, do passar as culpas, das justificações de muitos responsáveis políticos perante um problema que muitas vezes começou numa mera formalidade. -----

---Eu não sou jurista e como tal respeito sempre os pareceres, mas não posso deixar de ter algumas dúvidas e na falta que havia de uma natureza clara na lei sobre os órgãos os estatutos deviam ter colmatado essa lacuna, mas parece nesta área que não são tidos todos em conta. --

---Eu tive o cuidado de ir ver outros pareceres, alguns entendimentos de dois mil e dezasseis sobre esta situação, mas se havia entendimentos diferentes eles deviam, obrigatoriamente, implicar que se procedesse à alteração dos estatutos. Se havia entendimentos esses nunca deviam fazer parte de documentos oficiais, quer da CIM quer de outras instituições. -----

---Por isso, o que deveria ter sido feito era uma alteração de estatutos adequando-os aos entendimentos. Por isso o que eu deixava aqui era quer ao Senhor Presidente da Assembleia, quer ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, devem ambos alterar os estatutos para dar forma áquilo que é o tal entendimento da natureza dos órgãos. -----

---Quando se se diz que há um órgão deliberativo e um executivo também se admite no parecer que há um órgão major, que é esta Assembleia.-----

---Por isso o pedido da alteração aos estatutos para tudo ficar em conformidade. -----

---Agora gostaria de colocar aqui uma questão muito concreta sobre as transferências de competências em dois mil e dezanove: Senhor Presidente da CIM eu quero saber porque é que na informação escrita de abril de dois mil e dezanove dizem que houve aceitação de competências sem dizerem como, nem os moldes em que foram aceites e desta vez também não há nenhuma referência ao assunto.-----

---Por isto a pergunta concreta e que eu gostaria de saber, até por outras razões, em dois mil e dezanove, que transferências aceitaram e se exerceram efetivamente o exercício dessas competências.” -----



---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve:
“Temos um novo Governo, quatro anos em que se recuperou economicamente e chegámos a um ponto em que foram criados novos desafios. Esses desafios para o distrito de Viseu penso que podíamos elencar em dois: o Centro Hospitalar Tondela-Viseu e penso que nesta legislatura o nosso Governo tem de resolver a questão do centro oncológico e a questão das urgências. ---

---O Senhor Presidente do Conselho ao felicitar o novo Governo deve alertar para essa dívida para com o distrito de Viseu e ninguém iria compreender que essa questão não fosse resolvida nesta legislatura. -----

---A outra questão é o IP3. Penso que durante os próximos quatro anos a questão do IP3 terá de ser uma realidade. -----

---Esperamos, também que durante o próximo mandato seja possível resolver a questão da requalificação da EN225 e da Escola Secundária de Castro Daire.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “Tal como referi na última reunião desta Assembleia Intermunicipal, encontra-se a decorrer uma petição pela requalificação urgente da Estrada Nacional 16 entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela. -----

---Apesar da petição já ter conseguido o número de subscritores suficientes para que a mesma venha a ser apreciada pela Assembleia da República, reiteramos o pedido para que todos a possam subscrever e assim darmos mais força a esta causa. -----

---Entendemos, todavia, que esta mesma Assembleia deve assumir a defesa dos interesses das populações daqueles concelhos de Lafões, solidarizando-se com as pessoas que estão a ser afetadas. -----

---Tanto mais que, após a realização da última Assembleia, aquela via esteve encerrada ao trânsito durante vários meses a fim de ser intervencionada por falta de obras de manutenção.

Deste modo, apresento a seguinte moção, cujo teor reproduz o texto da referida petição: -----

---A Estrada Nacional (EN) 16 foi construída na década de 1930 e durante mais de 50 anos foi o principal eixo rodoviário de ligação entre a Espanha e o centro de Portugal. -----

---Atualmente a maior parte do seu traçado está desativada ou é via urbana com pouco movimento. -----

---Todavia, entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela, num trajeto de 1700 metros, a EN 16 continua a ser o único acesso das populações do concelho de São Pedro do Sul à auto-estrada A25 e às principais cidades do país, tais Coimbra, Porto e Lisboa. -----

---É uma via de grande movimento rodoviário, com circulação de muitos automóveis ligeiros e pesados transportando pessoas e mercadorias, nomeadamente as que são produzidas ou transformadas na região e provenientes das indústrias agroalimentar, avícola ou metalomecânica.-----

---É o único acesso dos aquistas do litoral ao maior centro termal da península ibérica, bem como de todos os outros turistas que pretendam usufruir da paisagem, da gastronomia ou das unidades de alojamento da região, que, no seu todo, constituem a maior capacidade hoteleira do Distrito da Viseu. -----

---Resultado de um projeto com quase cem anos, esta via tem um traçado bastante sinuoso, com curvas de grau muito acentuado, em alguns locais com risco de derrocada e, devido ao seu intenso movimento, a EN 16 compromete diariamente a segurança das pessoas, sendo local de numerosos acidentes, incluindo vítimas mortais.-----

---Também as populações do concelho de Vouzela se sentem prejudicadas com a insegurança daquela via, impeditiva da normal circulação de pessoas e de mercadorias, pelo que a Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, reunida no dia 25 de novembro de 2019, aprova a seguinte moção: reivindica a requalificação urgente da Estrada Nacional 16 entre as termas de São Pedro do Sul e Vouzela por parte do Ministério das Infraestruturas e da Habitação”. -----

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Henriques, cuja intervenção se transcreve: “Sejam bem-vindos a Mangualde, um concelho desta CIM e que faz uma bela síntese do que é a nossa Comunidade Intermunicipal. Somos o último concelho a Este ao Distrito da Guarda, somos um concelho marcadamente rural, mas com traços importantes de industrialização. Somos um concelho que surgiu como tantos outros da nossa região que resulta da fusão de outros dois concelhos, neste caso, da zona da Beira e o de Tavares. Somos um concelho que tem património histórico e gastronómico relevante. Estamos no eixo das três regiões demarcadas do Queijo Serra da Estrela, do Vinho do Dão e Trás-os-Montes.-----

---Somos o concelho mais antigo do país no fabrico de automóveis e estamos a bater um recorde com mais de quarenta mil unidades produzidas e a contribuir decisivamente para o PIB da região. Temos quatro das maiores exportadoras da região Centro. -----

---Somos, também, um concelho com muitas carências como todos os concelhos da nossa região. Temos uma carência que se vai acentuando que é um declínio populacional, muito



embora sejamos economicamente relativamente fortes no centro da região continuamos a não conseguir inverter essa tendência.-----

---Este declínio demográfico deve ser, julgo eu, a nossa maior preocupação. Estamos bem localizados geograficamente, temos bons acessos, temos empresas, temos características naturais importantes, mas continuamos a ter este problema. Teremos este problema com todos os concelhos fora da faixa litoral. Julgo que é tempo de fazermos uma reflexão profunda, exaustiva, apartidária, política na sua maior e importante dimensão do termo de grande desafio para as próximas duas a três décadas.-----

---O que se passa é um “tsunami” demográfico, com exceção do concelho de Viseu que também perde população, começamos a aproximarmo-nos daquela *thin red line* que define os concelhos que serão ou não sustentáveis e sustentados pela sua própria população.-----

---Lanço o desafio aqui à Assembleia e ao Conselho Intermunicipal para que façamos um debate profundo, com todas as forças vivas, com técnicos que estudem sociologicamente as questões demográficas na nossa região.-----

---Tudo aquilo que estamos aqui a discutir e que iremos discutir nos próximos anos terá um peso muito pequeno de não conseguir ter uma estratégia realmente clara, decisiva, que conte com o poder central e o obrigue a fazer esta discussão de uma forma que já não pode ser moderada, tem de ser radical, porque já não há maneira moderada de inverter este problema e infelizmente somos já uma fronteira em relação aquela transição de um Portugal muito desenvolvido no litoral e de um Portugal do interior que já está dificilmente recuperável sem medidas drásticas.-----

---Esta CIM está mais ou menos no fio da navalha comparativamente com a capacidade de atratividade do nosso litoral vizinho, como a região de Aveiro e de Coimbra, nomeadamente os distritos mais litorais dessas regiões, estamos em perda em competitividade e continuaremos em perda porque a grande mais-valia desses concelhos para além de haver mais gente é o sítio onde nasce mais gente em contraponto às nossas regiões. O que acontece é que esse fenómeno vai se intensificar não pela emigração dos nossos mais jovens e porque noventa e cinco por cento das pessoas nascem no litoral.-----

---Temos que perceber que o grande desafio será o de captar pessoas e o que temo é que já não possamos escolher quem queremos captar. Teremos que captar todos.-----

---Uma pequena resenha a minha empresa já é a mais antiga do interior do país é a minha, há dez anos era na Guarda.-----

---Neste momento a mão-de-obra industrial já tem que ser com recursos de compatriotas de outras regiões do mundo”.

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período de antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.”

---Ordem do Dia

---Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de alteração/ajustamento ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, ao abrigo das competências da alínea d) do Art.º 3º do Regimento da Assembleia e das disposições do nº 1 do Art.º 14ª dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:

“Eu resolvi usar da palavra aquando desta alteração do regimento porque e antecipo já que irei votar a favor, mas como fiz parte da comissão que elaborou este regimento eu neste momento não poderia deixar de lembrar o seguinte: quando nós assumimos posse nesta CIM em dois mil e treze era o nosso Presidente Acácio Pinto e uma das primeiras incumbências foi então encontrar uma nova redação para o regimento. Assim o fizemos, numa comissão que foi nomeada para esse efeito.

---Gostei muito de ouvir a intervenção do meu colega Mário Pereira e gostaria de recordar o seguinte, na altura quando foi a elaboração deste regimento houve muitas relutâncias e tivemos que nos debater pela existência de Deputados em nome individual, dos Deputados sem partido e isto não era algo do agrado.

---Temos um interesse intrínseco naquilo que é a liberdade e a democracia. Votar um regimento e não o debater pela possibilidade de um independente poder usar da palavra, isso fere de morte a minha convicção do que é a liberdade.

---Não desconheço nem descuro uma circunstância que há que ser referida, aqueles três Deputados três que agora representam aqueles partidos na Assembleia da República, representam em comparação com os outros partidos, muitos poucos votos. Há sempre que ter isso em conta.

---Não podemos ter indivíduos eleitos que legitimamente concorreram e que agora não tenham direito a falar. Nós temos esse assunto resolvido desde dois mil e treze.

---Esta intervenção eu tinha que a fazer, por todas as razões e mais algumas, para não deixar passar isto em claro. Também para lembrar que nós temos dois Deputados independentes aqui



e recordar que eu fui uma das pessoas junto da comissão que criámos condições para poderem usar da palavra.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:” Não podia deixar de vir aqui porque nesta comissão da revisão do regimento que foi constituída em dois mil e treze e que resultou no trabalho que ainda nos rege hoje, eu estive na qualidade de representante da Mesa da Assembleia, não como parte dos trabalhos mas como representante. Faço aqui também a defesa da honra do Dr. Acácio Pinto, porque não teve nada a ver com este trabalho pois delegou-o em mim a representação e não há aqui nada do Partido Socialista. Não há aqui nada que o Partido Socialista que através do Dr. Acácio Pinto esteja aqui.

----Foi a CIM e os seus representantes que fizeram este regimento. Não mais ninguém!” -----

----Colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração/ajustamento ao Regimento da Assembleia Intermunicipal. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril e o dia 13 de novembro de 2019, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Antes de iniciar a apresentação escrita eu tenho aqui uma resposta para dar ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

----Daquilo que posso transmitir é que durante o ano de dois mil e dezanove a CIM aceitou cinco delegação de competências e estas funções apesar a CIM já as vir desempenhando, nalguns casos, há bastante tempo.-----

----De facto, agora só se tornaram mais efetivas depois da aprovação na Assembleia Municipal de Viseu, uma vez que havia a necessidade de todas as assembleias municipais fazerem a aprovação destas delegações de competências.-----

----Relativamente à informação escrita que foi facultada aos Senhores Deputados, ela é extensa e penso estar tudo bem descrito sobre as atividades da CIM Viseu Dão Lafões durante este período. -----

----No entanto eu gostaria de abordar aqui um assunto que é sobre a questão do IP3.-----

---A CIM tem acompanhado com a empresa que contratou o desenrolar do projeto do IP3, tendo sido a última reunião há cerca de três semanas. Estamos a fazer reuniões periódicas e desta última incidiu sobre o Nó de Santa Comba Dão e sobre as propostas e a mais viável que se chegou a um consenso foi sobre vir do lado de Coimbra e entrar um pouco no IC12 e sair depois de Santa Comba Dão em direção a Tondela. -----

---Estamos a acompanhar esta situação passo a passo.-----

---Queria, ainda, informar que dada a grande complexidade das temáticas que a CIM hoje trabalha, permitimo-nos trazer a esta Assembleia os três chefes das equipas multidisciplinares da CIM, a Dra. Sandra Carvalho, o Dr. José Carlos Almeida e o Eng.º André Mota e fizemo-nos acompanhar do Dr. Pedro Mota e Costa que nos presta apoio na CIM. Fizemo-lo com a intenção de que não ficassem dúvidas sobre algumas questões que aqui nos fossem colocadas. Os técnicos são os que trabalham diretamente nas áreas e por vezes têm mais pormenores do que nós nas respetivas matérias”.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Tenho aqui umas dúvidas para colocar.-----

---O que está aqui em causa é se a CIM aceitou ou não a efetividade das funções em dois mil e dezanove, porque se aceitou não podia aceitar. Só podia aceitar a efetividade de funções em algumas competências, na saúde e na educação, em que houve o acordo das catorze assembleias municipais.-----

---No caso das outras competências a CIM não as podia exercer em dois mil e dezanove. O que houve foi uma situação em que o Conselho Intermunicipal aceitou por maioria, com o voto contra de Viseu, um conjunto de competências.-----

---Essas competências dependiam das decisões para sua efetivação, da decisão das assembleias municipais, para haver o tal acordo que até vem explícito no parecer.-----

---Pode já exercê-las em dois mil e vinte, uma vez que a Assembleia Municipal de Viseu votou pela aceitação destas propostas.-----

---Aqui levanta-se outra questão.-----

---Se esta aceitação não se verificou configura uma não-aceitação, ou seja, o Conselho Intermunicipal aceita, mas há uma Assembleia que não aceita, a CIM não pode aceitar. Por isso, penso que deveria vir a esta Assembleia para conhecimento, ratificação, ou o que entenderem.

---Por outro lado, só para dizer que quando se homologa um parecer, o mesmo deve ser homologado sem erros e houve um lapso de escrita, aceitável, na sua parte final que se diz assembleia intermunicipal e o que está subjacente é entidade intermunicipal.-----



---Ao Senhor Presidente felicitá-lo desde já pelo relançamento da Revista Beira Alta e esperando também que se recupere os anos perdidos de modo a que os vindouros possam um dia comemorar o centenário da Revista sem interrupções.-----

---Outra questão: não tem havido referências à ferrovia e penso que todos aqui consideramos que é estruturante para a região. Penso que é prioridade da CIM e por isso qual é a posição que a CIM tem em relação aquilo que é a necessidade de uma nova via Aveiro- Viseu- Vilar Formoso e também qual é a posição da CIM em relação ao atraso que tem havido na requalificação da Linha da Beira Alta.-----

---Na informação escrita também não há referência a um problema que já foi estudado pela V/ parte que é o processo da aceitação da universalidade. Esperemos que quando chegarmos a abril do próximo ano esse assunto esteja equacionado e também gostaria de saber qual é o ponto da situação.-----

---Em relação ao Itinerário Principal, ao IP3, penso que seja um problema de todos. Neste momento está num estado calamitoso, inclusive com graves problemas de sinalização. Era importante saber qual é o calendário previsto para as obras de requalificação.-----

---Terminava com uma outra questão que é sobre a situação do hospital que tem-se vindo a agravar e das várias reuniões que o Senhor Presidente elenca não vem uma única referência ao Centro Hospitalar e gostaria de saber quais as démarches que tem feito neste sentido.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:

---“Venho falar de um assunto que consta na informação escrita e que está relacionado com a Ecopista do Dão.-----

---Apesar de só hoje ter recebido o contrato e caderno de encargos que foi firmado com a empresa que tem a limpeza e manutenção da Ecopista deu para analisar certos pontos.-----

---Há sítios da Ecopista que não estão devidamente tratados, penso que são casos pontuais, mas a Ecopista é toda ela um equipamento e não pode haver algumas situações em que não aconteça o mesmo que nas outras.-----

---Penso que nos contratos anteriores não constavam túneis e taludes, havia uma régua e um esquadro e só de vez em quando era limpo. Eu conheço alguns taludes que sistematicamente não são limpos e não me parece que haja uma fiscalização sob este trabalho de limpeza. O cumprimento do caderno de encargos não está a ser feito.-----

---A empresa limpa na via e atira o lixo para os taludes!-----

---Por isso Senhor Presidente eu deixava à consideração que de uma vez por todas. Eu percebo que junto à cidade, principalmente à de Viseu, mas se andamos aqui a apregoar à coesão e as populações que estão à beira da Ecopista não têm direito a ter o percurso devidamente limpo?

---Deixo o assunto à consideração do Conselho e o trarei quantas vezes o achar oportuno pois acho que é uma vergonha de se manter aquela situação e mais não digo.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: “Infelizmente venho aqui recuperar os mesmos temas de sempre, porque as respostas que nos foram sendo dadas ao longo destes últimos quatro anos foram as que não gostaríamos e na verdade eu gostaria de tentar perceber se não estamos novamente a entrar em mais um ciclo de adiamento dos processos de decisão relativamente a questões que para nós são relevantes na região. -----

---Nesse sentido, eu gostaria de saber o que o Conselho tem feito para ultrapassar os processos que estão novamente a ser colocados em prática de forma a não termos o mesmo resultado. Eu tenho muitas dúvidas que a mesma fórmula consiga trazer resultados diferentes. Os assuntos são diversos e alguns já aqui foram falados. -----

---A questão das obras em curso no IP3 que muitos transtornos têm causado a quem necessita utilizar esta via. Mas mais grave do que isto é termos a percepção de que nada vai ser feito nos próximos oito a dez anos para duplicar a via. Se nós atendermos que o projeto será terminado em dois mil e vinte e um, que não vai! -----

---Quem está a fazer o projeto?-----

---São as Infraestruturas de Portugal ou alguma empresa que ganhou através de concurso? Isto de estarmos aqui a validar com acompanhamento traz responsabilidades maiores e o Conselho terá essa responsabilidade.-----

---Se o Conselho está a validar o procedimento, e eu acho que as coisas não vão correr assim tão bem, e depois no futuro não nos podemos desculpar com o trabalho que os outros fizeram.

---Se o trabalho não for ao encontro daquilo que são as nossas expectativas, nós queremos rapidamente saber quando o trabalho vai ser feito. Queremos saber rapidamente como vai ser pago. Nós ainda não decidimos sequer fontes de financiamento. -----

---Senhor Presidente, não vá acompanhar apenas a elaboração do processo pois isto também é uma questão técnica e a nossa responsabilidade aqui é política e queremos um compromisso político e devidamente cabimentado. Queremos compromissos financeiros para a concretização da obra.-----



---Senão vai acontecer o mesmo que aconteceu com a Urgência, um milhão e duzentos mil euros que não houve para podermos executar. -----

---Este é um trabalho que o Conselho deve fazer. Se está mandatado tem que trazer respostas, não é saber se o Nó vira à direita ou à esquerda, essa parte técnica para nós não é a mais relevante. O mais relevante é como se paga e quando vai ser feito. -----

---Senhor Presidente, durante estes quatro anos vim aqui diversas vezes dizer que não ia ser feita a requalificação da linha da Beira Alta e não está a ser feita e já está a ser anunciada que está a ser concluída. -----

---Diga-me um projeto dessa requalificação que vá alterar a normal circulação de hoje que aumente efetivamente a capacidade da Linha. Segundo as Infraestruturas de Portugal não há nenhum gabinete em Portugal que tenha a capacidade técnica para fazer esses projetos. -----

---O que nos feito dito é que é que seria feito no âmbito do 2020, mas para quando?-----

---O Conselho tem tido esta preocupação? Isto é estratégico para a nossa região. -----

---Supostamente o projeto vai começar em dois mil e vinte e seis e já perdemos mais oportunidades. -----

---Era isto que eu queria saber que o Conselho tem acompanhado nesta área.-----

Em relação ao Hospital, é obvio que já todos percebemos que pelos prazos o que está a acontecer. Caiu um concurso público por falta de compromisso do Governo, que não teve a capacidade de dispensar um milhão e duzentos mil euros, cinquenta mil euros por mês! -----

---Não se fiquem apenas pelas questões técnicas pois essas são para os técnicos, nós aqui temos de ter respostas e responsabilidades políticas e compromissos financeiros. -----

---Nós não podemos permitir e este Conselho tem essa obrigação de que os compromissos políticos e financeiros não sejam rapidamente estabelecidos.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Eu começava já pelo Senhor Deputado Pedro Alves e sobre a questão do IP3. -----

---Houve um concurso para a execução do projeto e neste momento aquilo que nos compete é acompanhar a execução do mesmo. Claro que neste momento será um pouco precoce estar a olhar para o Orçamento do Estado a ver se está lá a verba na medida que o que está a ser elaborado é para dois mil e vinte. -----

---Tentámos junto do Senhor Ministro das Infraestruturas perceber qual a possibilidade de se antecipar a execução do projeto. Agora quando o projeto está indicado para terminar no fim de dois mil e vinte e um, eu não vou pedir ao Governo que coloque no Orçamento de dois mil e

vinte uma verba para uma estrada que não tem projeto. Quando soubermos que o projeto está concluído, isso sim, forçar a pressão e de que seja incluído logo no ano seguinte a verba suficiente para as obras que serão plurianuais. -----

----Agora tenho que dizer, se no final do projeto feito se demorarem no concurso e acontecer o que aconteceu ao Hospital de Viseu, pouco ou nada poderemos fazer. Tem razão quando diz que por um milhão de euros se poderão perder cinco milhões, sem a obra estar concluída.-----

----Agora, neste momento, sobre o Hospital posso informar que temos estado a acompanhar, tivemos uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde que nos disse que ia desbloquear a verba. -----

----Depois aconteceu aquilo que todos nós sabemos que aconteceu. O empreiteiro e possivelmente com razão, as obras subiram de valor na ordem dos quinze e vinte por cento e eu sinto isso na Câmara Municipal, é naturalíssimo que a empresa tenha dito que não fazia a obra. Perante isto não havia outra hipótese senão deixar cair o concurso e abrir um novo para a obra, pois não se podia pegar naquele concurso e dizer que a obra foi adjudicada por cinco milhões e vamos dar-lhe mais um milhão. Isso não é possível!-----

----Para abrir um novo concurso, na minha simples opinião, tem de haver uma retificação ao projeto e não é no projeto em si, mas sim nas verbas e nos valores que estão nesse projeto. ----

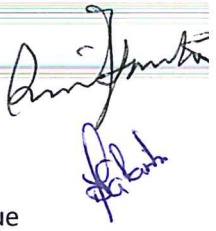
----Claro que vamos ter um problema pois se até aqui era preciso um milhão por parte do Estado e agora possivelmente será preciso um milhão e meio ou mais. Essa será depois uma questão que o Senhor Ministro das Finanças terá que resolver. -----

----Todos sofremos com a problemática das Urgências e toso queremos que se resolva. -----

----Sobre a questão da Linha da Beira Alta é um assunto para o qual ainda não temos uma resposta concreta sobre o assunto. Teremos também que marcar uma reunião para sabermos efetivamente qual o ponto de situação. -----

----Sobre a questão da aceitação da delegação de competências eu daria a palavra ao Secretário Executivo. -----

----Sobre a questão da universalidade é um processo que foi discutido à relativamente pouco tempo num Conselho e a conclusão a que se chegou uma vez que não se vislumbrava uma outra forma, era recorrer ao TAF para que eles decidissem o que se deveria fazer. Claro que isto nos trazia um problema, porque como sabe a Assembleia Distrital incluía municípios que hoje não estão na CIM Viseu Dão Lafões e colocando no TAF um processo de municípios que não pertencem à CIM sem lhes dar a conhecer era um pouco aborrecido.-----



----Por isso, convidámos a outra CIM a vir ter connosco e estivemos reunidos. Eles dizem que têm uma solução, pediram-nos elementos que já foram facultados e estamos a aguardar que nos digam alguma coisa. -----

----Sobre a questão da Ecopista eu passaria para o Eng.º André Mota.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente à questão das competências eu propunha aqui dois momentos de esclarecimento, um meu e outro do Dr. Pedro Mota e Costa. -----

----Começo por dizer que, uma coisa é a aceitação e outra é o exercício das competências. -----

----No que diz respeito à aceitação dizer que as competências já estão nos municípios e nas comunidades intermunicipais desde um de janeiro de dois mil e dezanove. Isso mesmo tem sido transmitido pelo Secretário de Estado, pela CCDRC, nos vários entendimentos.-----

----A questão está em os municípios ou as comunidades intermunicipais decidirem exercer essas competências no ano de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, porque no ano de dois mil e vinte e um essas competências têm mesmo de ser exercidas. -----

----Se percebi o Senhor Deputado Dr. Mota Faria, quando disse se a CIM aceitou ou não essas competências, não, as competências já estão lá. O que a CIM se pronunciou foi sobre se estava ou não em condições de exercer essas competências já durante o ano de dois mil e dezanove. Essa foi a deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM que, por maioria, com treze votos a favor e um contra, afirmou estar em condições de exercer essas competências já no ano de dois mil e dezanove.-----

----Relativamente à atração de investimento e de gestão de fundos comunitários, à justiça, à proteção civil e apoio aos bombeiros e ao turismo com o voto contra do Município de Viseu e com votos a favor relativamente à saúde e à educação. Mais tarde, o Município de Viseu, veio a aceitar o exercício das competências em sede de Assembleia Municipal, para o ano de dois mil e vinte. -----

----Relativamente ao exercício ou não das competências é de facto uma questão complicada porque muitas das competências que estão nas leis a CIM já as exerce e já as faz, independentemente da lei da transferência de competências.-----

----Dois exemplos paradigmáticos: saúde, a competência das entidades intermunicipais, no domínio da saúde, são competências instrumentais. Uma que é indicar o representante ou o Presidente do Conselho consultivo do Centro Hospitalar de Tondela -Viseu, que já o faz há muitos anos, e outra é apresentar um representante no ACES, que também já o faz.-----

---Outro exemplo paradigmático: educação. Neste domínio estão fundamentalmente estão duas situações que são o reordenamento da rede de cursos profissionais e a questão do transporte escolar intermunicipal, por causa do Regime Público de Transporte de Passageiros. A CIM é pioneira a nível nacional a fazer o reordenamento da rede de cursos profissionais. -----

---Outro exemplo de atração de investimento e de gestão de fundos comunitários. A CIM é gestora de fundos comunitários desde dois mil e sete. Outro exemplo, a questão do turismo a CIM já há muitos anos em articulação com o Turismo do Centro de Portugal e com os seus municípios tem vindo a desenvolver um conjunto de ações no domínio do turismo e da atratividade do território em articulação estreita com o Turismo Centro de Portugal, através da Marca Viseu Dão Lafões Apaixone-se!-----

---Portanto, relativamente ao exercício das competências, no ano de dois mil e dezanove, tivemos a anuência das catorze assembleias municipais para as exercer, não para as aceitar, e tivemos da parte do Município de Viseu em setembro último, para o exercício do ano de dois mil e vinte, das outras competências que em fevereiro não tinha aceitado transferir.-----

---Por isso é que o Conselho Intermunicipal, logo em janeiro ou fevereiro, decidiu que estava em condições de exercê-las, porque muitas delas já fazem parte do trabalho que a Comunidade desempenha e entendemos logo, e sem reservas, aceitar esse exercício.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Pedro Mota e Costa, cuja intervenção se transcreve:

--- “Eu no fundo só acrescentaria aquilo que o Dr. Nuno Martinho disse, apenas um reforço.---

---A Lei-quadro de descentralização concretiza a transferência das competências. O que a Lei diz especificamente no artigo 4º, n.º 2, é que a intervenção das assembleias intermunicipais, dos órgãos deliberativos só teria que acontecer em caso de não-aceitação da transferência, ou seja, no fundo só há necessidade de intervenção das assembleias dos órgãos deliberativos em caso de não-aceitação. -----

---Em caso de não-aceitação, teria que ser deliberada e oportunamente comunicada e isso no fundo seria a competência da assembleia intermunicipal. Se não houvesse a deliberação de não-aceitação então a transferência está concretizada, está aferida de eficácia porque de facto carece de uma deliberação de todas as assembleias municipais. -----

---O que não pode acontecer do ponto de vista formal, não pode é acontecer um exercício da competência transferida, porque ela não foi recusada e não foi oportunamente comunicada.” -

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Apenas para dizer que o Senhor Dr. Pedro Mota e Costa vem contradizer aqui uma situação. O que veio

dizer toda a gente sabe, o próprio parecer que foi divulgado vai nesse sentido, ou seja, tem de haver o acordo prévio das assembleias municipais para o exercício das funções. -----

---O que ouvimos aqui da parte do Secretário Executivo foi que estavam em condições de exercer essas competências e aqui temos as nuances do direito. Vou dizer o que está na V/ ata é “aceitar o exercício da competência no domínio da justiça”, não é estar em condições, é aceitar esse exercício.-----

---Por isso, o que se coloca aqui é em dois mil e dezanove temos aqui um paradoxo. Uma coisa são atividades que se passam e se fazem e outra coisa é dizer assim, há uma transferência de competência e nós dizermos que já exercíamos essas competências e então porque se estão a transferir?-----

---Então em termos rigorosos da lei a Administração Central não precisava de fazer a transferência de competências.-----

---As transferências em dois mil e dezanove não têm eficácia porque não podiam ser exercidas. Se exerceram competências não as podiam ter exercido efetivamente porque precisavam do acordo prévio de todas as assembleias municipais e é isso que diz a lei e está no parecer que foi enviado para todos. O fazer atividades avulsas é diferente do exercício efetivo de uma competência e isso podem fazer.-----

---Agora dizer que o Conselho Intermunicipal aceitou por maioria e a seguir não teve eficácia no seu exercício tinha que vir a esta Assembleia, porque era uma não-aceitação formal junto da DGAL das competências que não podiam efetivamente ter sido assumidas, ou seja, tiveram uma deliberação por maioria com um voto contra. Se exerceram a competência da justiça não podiam em dois mil e dezanove.-----

---Se não exerceram a competência era de todo bom-tom vir a esta Assembleia e dizer que relativamente a estas competências não as podemos exercer e por isso queremos aqui uma não-aceitação”.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Dr. Pedro Mota e Costa, cuja intervenção se transcreve: “No fundo, em reforço, o que está em causa é que a transferência está aceite. O seu exercício é que não é possível. O que não quer dizer que tenha de vir a esta Assembleia Intermunicipal.-----

---No fundo, os efeitos são os mesmos, seja a não-aceitação ou a não possibilidade do exercício tem os mesmos efeitos práticos.-----

---De facto, não precisava de uma intervenção da assembleia intermunicipal nem a mesma tinha de ser uma consequência do não exercício efetivo. “-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Só queria esclarecer uma coisa ao Dr. Mota Faria e porque se calhar não me exprimi bem e também não gostava que houvesse dúvidas da Assembleia, nem do ponto de vista formal.

---Eu concordo consigo e a CIM não exerceu a competência em termos formais no ano de dois mil e dezanove para aquelas competências.-----

---O que eu disse a seguir é que de facto a CIM acabava por “exercer” a competência, porque muitas das competências e basta lê-las, por exemplo, na questão do turismo e na gestão dos fundos comunitários, nesta que não teve a aceitação na Assembleia Municipal de Viseu, é o organismo intermédio da CIM que faz a gestão de todos os fundos comunitários.-----

---A justiça que tem a questão dos julgados de paz não exercemos. Do ponto de vista formal só exercemos na saúde e na educação.-----

---Concordo consigo e se calhar transmiti mal o que eu queria dizer relativamente a esta situação”.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Eng.º André Mota, cuja intervenção se transcreve:

---“Relativamente à Ecopista do Dão existe uma comissão de acompanhamento que é constituída por técnicos e responsáveis políticos de cada um dos municípios, Santa Comba Dão, Tondela e Viseu, e que reúne periodicamente para aprovação de tudo o que esteja relacionado com a Ecopista.-----

---Os cadernos de encargos são todos eles construídos na CIM Viseu Dão Lafões, sendo depois remetidos para cada um dos municípios para se pronunciarem e para darem os seus contributos para a construção desse caderno de encargos para depois se proceder à aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista.-----

---O ponto que refere da questão dos taludes é um ponto que vem desde o primeiro caderno de encargos da gestão e manutenção. A manutenção dos taludes faz-se para além do espaço canal que nós definimos como sendo três metros para cada lado do eixo da via e será feita até à crista do talude ou até à base do aterro, caso assim seja necessário.-----

---Foi, no entanto, solicitado a todos os municípios para que identificassem alguns pontos sensíveis de onde quisessem ver essa manutenção efetuada, sendo que todos aqueles que foram indicados foram incluídos no caderno de encargos.-----

---O caso particular que refere, julgo ser na Estação de Torredeita, é um talude que não faz parte da gestão, ou é de um privado ou é da junta de freguesia, sendo que a CIM Viseu Dão Lafões já lá fez uma intervenção na altura a pedido da junta de freguesia, se calhar mal, porque o fizemos voluntariamente, não fazendo parte do caderno de encargos essa zona em particular.

---Relativamente à questão da fiscalização ela é feita pela própria CIM Viseu Dão Lafões e por cada um dos municípios e a própria empresa que faz a manutenção comunica semanalmente todas as atividades fora do seu âmbito para que os municípios possam proceder à respetiva limpeza". -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: "Eu li o caderno de encargos e estou a falar de uma coisa que já está em execução e não quero saber de mais nada. -----

---O que eu quero saber e já percebi é que há alguma ignorância de quem contratualiza, sejam os municípios ou a CIM, e não tenho nada contra os técnicos, a CIM tem de ser responsabilizada politicamente, que desconhece a realidade.-----

---A parte da Estação da Torredeita que está por limpar é da antiga CP, a Câmara Municipal de Viseu adquiriu aquilo há muitos anos e se aquilo não está contemplado no caderno de encargos, existe aqui uma ignorância, eu diria lamentável, por parte de quem subscreve estas coisas. ----

---Aqui sim, os técnicos que têm de dar o suporte a quem politicamente assina falharam. Sendo a terceira vez que falo aqui nisto não seria motivo de análise?-----

---Deixo aqui só mais uma questão, mostro a minha inteira disponibilidade para acompanhar os técnicos e o político da CIM Viseu Dão Lafões que queira ir ao local esclarecer-se sobre o assunto." -----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, deu o ponto por encerrado.-----

---Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Esta proposta de revisão orçamental foi aprovada no Conselho Intermunicipal e tem basicamente a ver com a necessidade de se fazerem ajustamentos à verdadeira execução física e financeira dos projetos que estão a ser geridos na Comunidade e que têm a CIM e os municípios associados como beneficiários e arrecadadores de receita FEDER.-----

---Foi uma memória justificativa a acompanhar a proposta de revisão orçamental onde os Senhores Deputados podem ver, em cada um dos projetos das Grandes Opções do Plano, onde foi feito o ajustamento em cada uma das ações ou dos projetos e também a justificação dessa mesma alteração que volto a dizer reside na sua totalidade com um ajustamento do orçamento

com a realidade da execução física e financeira de cada um dos projetos. O que aconteceu é que muitos desses projetos foram reprogramados em sede de PO e houve a necessidade de se fazer o reajustamento.” -----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2019.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 616/2019, de 23 de outubro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente à proposta de mapa de pessoal dizer que ela é em tudo muito semelhante à anterior proposta de mapa de pessoal que foi aprovado na Assembleia Intermunicipal em abril deste ano.-----

----Há, apenas, uma alteração que é substancial no número de elementos a prover na Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, sendo que estava inicialmente prevista a constituição de três brigadas de sapadores florestais, contudo o Conselho Intermunicipal decidiu, politicamente, ficar-se pelas duas brigadas. -----

----Por isso no último mapa tínhamos aprovados setenta e um postos de trabalho no total e nesta proposta temos cinquenta e oito que deriva exatamente dos catorze sapadores da equipa de sapadores que a CIM não vai constituir”.-----

----Foi dada a palavra à Senhora Deputada, Maria João Ribeiro, cuja intervenção se transcreve:

----“Recordo-me que estas três brigadas foram definidas como sendo necessárias e gostaríamos de um esclarecimento do porquê desta redução”.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “A minha intervenção vem no mesmo sentido, querer saber o porquê da alteração da intenção política da passagem de três para duas brigadas.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Esta foi uma decisão tomada pelo Conselho Intermunicipal por uma simples razão: nós quando decidimos ter três brigadas não tínhamos qualquer experiência

e depois da primeira brigada entrar no terreno começámos a ter experiência do trabalho que se fazia.-----

----Depois chegou-se à conclusão de que duas brigadas eram suficientes para o território. Foi simplesmente por esta razão e mais nenhuma, a decisão de não se constituir a terceira brigada”.

----Não se verificando mais pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor, sete abstenções e dois votos contra de: Casimiro Loureiro e Horácio Ribeiro, aprovar a proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2020.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Casimiro Loureiro, cuja declaração de voto se transcreve: “A minha declaração de voto contra o mapa de pessoal prende-se única e exclusivamente por estarmos numa CIM cuja dimensão geográfica em caso de catástrofe, sendo exemplificativo o que se sucedeu no ano de dois mil e dezassete, ter necessidades imperiosas no que se concerne ao combate aos fogos florestais. Nessa perspetiva uma vez que todos nós somos poucos para dar ajuda discordo completamente da decisão do Conselho em reduzir as brigadas de três para duas.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja declaração de voto se transcreve: “A minha declaração de voto vai no sentido contra a este mapa de pessoal uma vez que quando estamos a reduzir de três para duas brigadas sem haver um estudo técnico que sustente essa mesma redução parece-me ser um indicador contrário ao que devia ser feito. ----

----Além disso também em termos operacionais as brigadas que atualmente operam na CIM Viseu Dão Lafões, nós constatamos que o tempo de empenhamento nos teatros de operação é muito reduzido, porque em termos de deslocações são muito grandes. Também em termos operacionais, por aquilo que nos tem chegado, ao nível da própria brigada muitas vezes deslocase de locais mais próximos de onde são necessários para outros locais mais afastados única e exclusivamente porque se vão reunir com a restante brigada. Parece-me, também, que não é a melhor forma de se organizarem, uma vez que se podem organizar nesse mesmo local.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja declaração de voto se transcreve: “Apenas para manifestar a minha discordância em relação à interpretação política que a CIM fez da não necessidade de haver mais equipas de sapadores florestais. No entanto, eu acho que a questão deve ser mais discutida, porque não sei se fará sentido haver equipas de

sapadores no âmbito das comunidades intermunicipais. Acho que estas equipas em termos de aspeto mais micro, cada vez mais próximos das populações, mais em termos de freguesia do que propriamente em termos de comunidade intermunicipal. -----

----Somos catorze concelhos, são muitos quilómetros quadrados, é muita área de floresta e penso que devíamos todos refletir de facto se faz sentido estas equipas no âmbito da CIM e não no âmbito dos municípios e das freguesias.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja declaração de voto se transcreve: “Para dizer que subscrevo na íntegra a declaração de voto do Senhor Deputado Telmo Antunes.” -----

----Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “A proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2020 foi remetida para todos os Senhores Deputados. -----

----Trata-se de um documento bastante extenso, mas, também, muito pormenorizado sobre as propostas e as opções da Comunidade Intermunicipal para o próximo ano, com detalhe dos vários projetos e das várias linhas e eixos intermunicipais em que a CIM vai pautar a sua atuação durante o próximo ano. -----

----Estamos a falar de um valor total de orçamento que ronda os dez milhões de euros, talvez o maior orçamento da Comunidade Intermunicipal nos últimos anos. Um orçamento deste valor que está muito justificado por algumas rubricas e alguns projetos que a CIM vai implementar durante o ano de dois mil e vinte. -----

----Desde logo o projeto de execução da Ecopista do Vouga que orça em mais de 2,3 milhões de euros. O projeto europeu LIFE, aprovado à Comunidade Intermunicipal, de mais de um milhão de euros. O sistema de videovigilância da floresta, um projeto que a CIM está a desenvolver em conjunto com a CIM da Região de Coimbra em que a execução para o ano de dois mil e vinte será de mais de um milhão de euros e o projeto total entre as duas CIM’s que orça em mais de três milhões de euros e, também, o projeto do Sucesso Educativo que a CIM está a implementar nas escolas. -----

----Nestes projetos se justifica muito o valor que temos orçado e estimado para o ano de dois mil e vinte. -----



---Assim, faço uma referência destes projetos aos Senhores Deputados e que justifica pelo menos metade do orçamento -----

---Em termos da receita da Comunidade Intermunicipal não há muitas variações às rubricas e nem de onde vêm as receitas. Desde logo da DGAL, também, por via da quotização dos municípios. -----

---Este é um orçamento muito ancorado, e como não podia deixar de ser, a CIM trabalha muito na lógica dos projetos cofinanciados e desde logo as transferências dos programas operacionais entre os vários fundos, FSE e FEDER, por exemplo. -----

---Depois, também, temos o Fundo Ambiental que recebemos por via do PART, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária e que ainda não sabemos qual o valor de dois mil e vinte, mas sabemos qual a verba de dois mil e dezanove para ser executada no ano de dois mil e vinte, em termos de pagamento. -----

---Relativamente ao orçamento, e aos principais projetos, e apesar de não conseguir ter aqui disponível projetor para demonstrar aos Senhores Deputados e por forma a não ser muito fastidioso refiro, aqui, três ou quatro áreas da Comunidade Intermunicipal que são bandeira e são projetos que a CIM tem vindo a desenvolver ao longo dos anos. -----

---O Senhor Presidente disse-o logo no início em relação à presença dos colaboradores da Comunidade Intermunicipal, a CIM tem vindo trabalhar cada vez mais em vários domínios temáticos, sejam eles educação, formação, transportes, proteção civil, a promoção turística. Hoje, a diversidade de trabalhos e áreas temáticas são cada vez maiores. -----

---Um dos primeiros projetos da CIM, e que iremos continuar a desenvolver, é no âmbito da Modernização Administrativa e que tem permitido padronizar, em termos intermunicipais a tecnologia e a desmaterialização de muitos serviços das câmaras municipais, muito na lógica dos serviços on-line. -----

---Vamos continuar a executar este projeto durante o ano de dois mil e vinte que orça em mais de 2,5 milhões de euros, incidindo, também, no Sistema de Informação Geográfico. Ajustado ao processo de modernização administrativa e da modernização da administração local dar nota do processo de formação dos profissionais da administração pública local e que para o ano de dois mil e vinte terá um plano de formação à escala intermunicipal. -----

---Dizer, também, que desde o ano de dois mil e quinze, no Portugal 2020, este é o primeiro aviso que é feito para os profissionais da administração pública local. -----

---Não obstante, a CIM tem vindo sempre a dar formação aos técnicos dos municípios não sendo a mesma financiada por fundos comunitários, mas por parte de um acordo com as câmaras municipais em cada um custeia a participação do seu funcionário nessa formação. ----

---Referir, também, que temos continuado a trabalhar, na Comunidade Intermunicipal, com os atores da região para fazermos o alinhamento da estratégia e da consensualização de muitos projetos intermunicipais. -----

---Posso falar, desde já, da rede da coesão social que está a funcionar no território e o parceiro chave é o Centro Distrital da Segurança Social e a sub-região de saúde que tem permitido, juntamente com as IPSS, a Rede Europeia Anti Pobreza, o Banco Alimentar e as forças de segurança, alinhar projetos intermunicipais neste domínio, fazendo inclusivamente a assinatura de um pacto com a consensualização desses projetos. -----

---Temos, também, a rede de educação que tem como parceiro a DGESTE, temos a rede de qualificação e do mercado de trabalho que tem como parceiro o IEFP e temos também a rede de empresas, emprego e empreendedorismo. -----

---Esta plataforma de cooperação que está a trabalhar no território tem-se revelado fundamental.-----

---Ao nível da atratividade turística da região a CIM tem vindo a desenvolver várias ações no domínio do turismo, tendo um projeto no território muito estruturado e assente no walking e no cycling, fazendo parte do programa do Turismo de Portugal, Portuguese Trails, muito ancorado na Ecopista do Dão, na futura Ecopista do Vouga e na sinalização de vários percursos pedestres, cerca de mil e oitocentos quilómetros, conseguindo, aqui desenvolver, um produto composto do turismo de natureza. Terá, ainda, um projeto designado como Subidas Épicas em que vamos sinalizar o Montemuro, a Penoita, o S. Macário e o Caramulo, sendo um produto que tem muita procura ao nível internacional.-----

---Ligado a isto, também, temos o projeto do Enoturismo, que estamos a desenvolver com a CVR Dão, o Turismo do Centro e com a Viseu Marca, uma candidatura que submetemos ao Programa Valorizar e aguardamos a aprovação para o poder colocar no terreno.-----

---A questão do enoturismo revela, também, a capacidade que a CIM tem de não olhar só para o produto do enoturismo e para as Rotas do Vinho do Dão, mas que o projeto e o produto vale muito mais se nós formos capazes de fazer a combinação cruzada dos vários recursos, fazendo ligação com turismo de natureza.-----

---É isto que estamos a fazer no território com as câmaras municipais, com os vereadores do pelouro, com os privados, com o alojamento local e restauração, para criarmos um produto

turístico na nossa região que tenha capacidade de operação e possa ser vendido em vários operadores.-----

---Ao nível da proteção civil dar nota do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Algum desse trabalho já vinha ser desenvolvido, mas nos últimos tempos a CIM deu passos muito seguros.-----

---Desde logo, a criação das brigadas de sapadores florestais, estando já uma equipa a funcionar e já faz serviço público e também nos municípios ao nível das faixas de gestão de combustível. A criação do gabinete técnico florestal, com um técnico, que tem como principal missão fazer o planeamento e a coordenação do trabalho dos GTF's municipais.-----

---Salientar, também, a constituição da Comissão Intermunicipal de Proteção Civil, juntando o CDOS de Viseu, o CDOS da Guarda, agentes da Autoridade Nacional de Proteção Civil, bombeiros e forças militares. -----

---De referir, também, a definição de um Plano de Fogo Controlado à escala intermunicipal do qual estamos a aguardar pela sua aprovação, por parte do Fundo Florestal. -----

---Dar aqui uma nota de um projeto que é um orgulho para a nossa região, que é o LIFE.-----

---É um projeto europeu e foi o único projeto aprovado a nível nacional e que é gerido diretamente na Comissão Europeia, em que a CIM tem vários parceiros europeus e onde nos associámos à Escola Superior Agrária de Viseu.-----

---Aqui faremos um trabalho muito sistematizado e consensualizado a nível da proteção civil e com ações piloto no domínio da pastorícia.-----

---Ao nível da adaptação às alterações climáticas, a CIM tem um plano de adaptação aprovado e estamos agora com uma exposição que está a percorrer os catorze municípios "O Futuro é Amanhã!", dirigido ao público jovem desde o primeiro ciclo e para a sensibilização nesta temática. -----

---No projeto do Sucesso Educativo estamos a fazer um trabalho muito importante em várias escolas e alinhado com os agrupamentos de escolas da nossa região e com aquilo que é o Programa Nacional do Sucesso Educativo. -----

---Estamos com equipas multidisciplinares em muitas escolas na área das ciências, da robótica, da terapia da fala e tem sido feito um trabalho extraordinário em cada uma das escolas. -----

---Para concluir, a questão ligada aos transportes.-----

---A CIM é Autoridade de Transportes e tem vindo a desenvolver todo o seu procedimento concursal para ser lançado o concurso público internacional de concessão para escolher o operador de transportes. -----

----Estamos a falar de vinte e três comunidades intermunicipais e duas áreas metropolitanas e neste momento a CIM Viseu Dão Lafões foi a terceira a obter parecer prévio vinculativo por parte da Autoridade de Mobilidade e Transportes. -----

----Estamos a falar de um trabalho muito criterioso pois são catorze municípios com realidades muito diferentes, sendo que os municípios delegaram, também, na Comunidade Intermunicipal, o transporte escolar -----

----Dizer, ainda, que em relação aos transportes temos vindo a fazer algumas experiências piloto com transporte a pedido para podermos fazer um transporte muito dirigido às zonas de baixa densidade no nosso território. Fizemo-lo no último verão, quando foram feitas algumas supressões de carreiras com as férias escolares dos alunos, para vermos quais os movimentos e tendência no nosso território. -----

----Apenas duas notas finais. A CIM gere o Pacto de Coesão Territorial e gere várias candidaturas de empresas no âmbito do Aviso S12E, fazendo todo o trabalho técnico de análise e validação de pedidos de pagamento e num segundo momento os relatórios finais e as visitas às obras e operações que são aprovadas. É um trabalho muito minucioso, difícil de uma equipa técnica que já vem sendo pequena para o trabalho desenvolvido. -----

----O ano de dois mil e vinte marca, também, o início da preparação do próximo período de programação comunitária, o Programa2030 e a CIM começará, logo no início do ano, a preparar a sua estratégia, a sua ação para o horizonte 2030. -----

----Vamos ancorar muito este trabalho na nossa plataforma de cooperação institucional e nos seus domínios temáticos, abrindo também horizontes a outros domínios temáticos que vão estar muito presentes no Portugal2030". -----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2020. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação de, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril e alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, relativamente ao ano de 2019 e 2020, respetivamente, que a CIM Viseu Dão Lafões não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril. -----



----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Trata-se de um decreto para delegação de competências no âmbito das vias navegáveis e a CIM decidiu não aceitar essas mesmas competências.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Eu pedia ao Senhor Presidente que de algum modo fundamentasse melhor esta não-aceitação. -----

----Estamos a falar de vias navegáveis marítimas, fluviais, afinal qual é a razão para não a aceitarem? -----

----Fiquei com a sensação de que não aceitavam porque não as tinham e dito assim sou obrigado a votar contra porque a fundamentação não me parece a mais coerente. -----

----Eu vou dizer isto por uma questão de princípio, ou seja, para eu ser totalmente coerente com aquilo que até normalmente costumo fazer na Assembleia Municipal de Viseu eu, por princípio, voto sempre a favor. -----

----Bem sei que nalguns casos se eu fosse Presidente da câmara ou tivesse responsabilidades eu faria o mesmo que o Presidente da Câmara Municipal de Viseu faz, ou seja, reconhece que não é contra o princípio, mas reconhece que não tem capacidade para executar estas medidas. ----

----Como nisso normalmente a oposição não é chamada a essas decisões, eu por norma digo que sou a favor do princípio, eu vou votar contra esta delegação de competências a não ser que tivesses provas concretas de que ela não poderia ser executada. -----

----Neste caso, em particular, penso que a CIM poderia ponderar esta medida até porque, se bem entendo da lei, não a aceita agora, mas terá de a aceitar mais tarde. -----

----Por tudo isto, o meu voto será pela aceitação e não pela não-aceitação”. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Nós neste momento, na CIM Viseu Dão Lafões, vias navegáveis há muito poucas ou quase nenhuma, temos a Barragem da Aguieira em que a maior parte navegável já não pertence a esta CIM, mas sim à CIM de Coimbra. -----

----Perante esta situação entendeu-se, para já, não aceitar o que não impede que algum município, por exemplo, no caso de Santa Comba Dão, se entender que pode ficar com essa delegação de competências pode fazê-lo. -----

----O que nós entendemos é que no conjunto dos catorze municípios não havia vias navegáveis para podermos ter o exercício desta competência”. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Mota Faria, cuja declaração de voto se transcreve:-

----“Eu votei a favor duas razões: primeiro cumpriu-se o que estava legislado para esta não-aceitação, a Assembleia Intermunicipal deliberou sob proposta do Conselho Intermunicipal. ----

----Por outro lado, votei a favor, mas lamento que uma proposta aceite que não teve a sua eficácia não venha para, pelo menos, para conhecimento desta Assembleia Intermunicipal. No fundo, que o Conselho não dissesse a esta Assembleia que aceitou e os seus motivos”. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja declaração de voto se transcreve: “Eu votei a favor e como sabem eu na minha Assembleia Municipal recusei-me a votar, porque achava que este é que era o processo correto.-----

----Este é o processo correto, o Conselho decidiu e a seguir faz uma proposta à Assembleia Intermunicipal e por isso mesmo eu voto a favor”. -----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções, aprovar a não-aceitação das competências previstas no Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril.

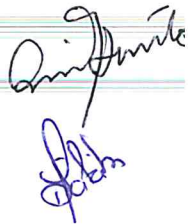
----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de empréstimo, de curto prazo, sob a forma de conta corrente, de acordo com a Informação de Serviço nº 691/2019, de 12 de novembro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: “Trazemos esta proposta à Assembleia, a quem compete deliberar sob proposta do Conselho Intermunicipal sobre a contratualização de conta vulgarmente designada conta caucionada.-----

----Em junho último, no Conselho Intermunicipal, foi aprovada uma proposta do Secretário Executivo relativamente a algumas medidas que tinham de ser implementadas derivadas à situação económica e financeira da Comunidade Intermunicipal e também a questões de tesouraria. -----

----Nesse Conselho foram propostas que fossem tomadas três medidas: uma delas foi o aumento da quotização dos municípios associados da CIM; a segunda medida foi tendo em conta que a CIM desenvolve muitos projetos intermunicipais de montantes avultados, basta dar o exemplo da Ecopista do Vouga, em que a obra é financiada a sessenta por cento e a contrapartida nacional tem que vir dos quatro municípios e aqui a necessidade da CIM ter tesouraria e fundo maneio para fazer os pagamentos à entidade que gere o programa. -----



---Aqui relativamente ao protocolo os municípios teriam de passar a pagar logo cinquenta por cento desse valor da contrapartida nacional, para que a CIM tivesse tesouraria para fazer o pagamento das faturas e depois pedir o reembolso ao Programa Valorizar. -----

---A terceira medida foi que o Conselho Intermunicipal, incumbiu o Secretário Executivo, de apresentar uma proposta de conta caucionada até ao limite de cem mil euros para que a CIM pudesse resolver alguns problemas pontuais, que vai tendo de tesouraria no final de cada um dos meses. -----

---Basta dar nota que a CIM tem, neste momento, cerca de duzentos e cinquenta a trezentos mil euros para serem devolvidos pelos fundos comunitários. Há algum atraso na validação dos pedidos de pagamento por parte das entidades que gerem os programas e há a necessidade de pagar primeiro as faturas e só depois ser ressarcido desses pagamentos. -----

---Posso dar um exemplo que vai acontecer daqui a três dias, a CIM tem que até ao dia trinta de novembro fazer o pagamento da obra de reabilitação da Ecopista do Dão, através do Fundo de Solidariedade da União Europeia, a CIM tem de ter a obra toda paga, quitada com data de trinta de novembro e só depois é que vai receber a correspondente contrapartida da entidade que gere o programa. -----

---Por isso, são muito as necessidades de fundo de maneio e questões de tesouraria". -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:

---"Obviamente que vou votar a favor desta proposta, mas não poderia deixar de registar a mudança de paradigma com este empréstimo. É que pela primeira vez vamos ter um empréstimo, ainda que a curto prazo, para a gestão corrente da Comunidade Intermunicipal --

---Que fique bem registado, que há um conjunto de entidades que não a corresponder ao pagamento atempadamente. -----

---O paradigma mudou e estamos aqui todos, e aqui faz todo o sentido a votação nominal, a votar este empréstimo a curto prazo". -----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada, Ana Paula Santana, cuja intervenção se transcreve:

---"A minha questão é: Porque são cem mil euros e se a CIM preenche os requisitos do Código do Procedimento Administrativo para a contratação pública deste ajuste direto. Compreendo que é uma situação eminente, que a CIM para operacionalizar tudo aquilo a que está obrigada necessita e para obter liquidez, terá que se socorrer de uma estratégia desta natureza. Mas verifico a consulta apenas a três entidades, e se estamos numa situação superior a um valor superior a setenta e cinco mil euros, tenho muitas dúvidas na minha intenção de voto e por isso gostaria de ver esta questão legal esclarecida". -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:
----“Deixo apenas algumas questões sobre este financiamento para a CIM Viseu Dão Lafões.----
----Esta falta de liquidez ou esta necessidade da mesma decorre ou não de quotas em atraso por parte dos municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões e quanto está em dívida dos mesmos e quais são para percebermos o porquê de recorrermos a esta forma de recurso financeiro”. ---
----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente às questões aqui colocadas, a CIM cumpre, como não podia deixar de ser, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, está a cumprir a Lei das Finanças Locais, sendo que no que diz respeito a este caso, tem que pedir proposta a três entidades bancárias e foi isso que fizemos.-----
----Dar nota que das três entidades que pedimos proposta apenas duas responderam, não obstante os esforços que fizemos para ter propostas das três entidades. Das duas que apresentaram uma não era exequível para a CIM uma vez que exigia uma livrança, pelo que apenas restou uma entidade.-----
----No que concerne aos atrasos dos pagamentos por parte dos municípios dizer que têm vindo a fazer um esforço e não há valores em dívida, avultados, por parte dos municípios associados.
----Nas reuniões do Conselho quando temos mais dificuldades de tesouraria falamos com os Senhores Presidentes e há um esforço daquele que está mais atrasado para solver os seus compromissos e pagar as suas quotizações, mas não só, também a sua responsabilidade em determinado projeto. -----
----Os municípios têm quotização mensal, mas têm, também, um protocolo em cada um dos projetos e posso dar o exemplo da Ecopista do Vouga que tem contrapartida nacional e os municípios vão pagá-la.-----
----Portanto não há municípios com mais de três meses atraso de quotizações, isso não existe”.
----Não se verificando mais pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor, um voto contra e treze abstenções, aprovar da proposta de empréstimo, de curto prazo, sob a forma de conta corrente, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----
----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão cuja declaração de voto se transcreve: “Estamos num órgão de fiscalização da atividade do Conselho e do Secretário Executivo e penso que todas as perguntas devem ser respeitadas.-----

----Perguntei concreta e objetivamente três coisas: se este financiamento era por falta de liquidez gerado pela falta de pagamento por parte dos municípios; o montante em falta das quotas dos municípios e quais eram os municípios que tinham as quotas em falta e isso não foi aqui respondido. -----

----É uma falta de respeito por este órgão na minha pessoa.-----

----Fiz as perguntas e quero deixar o meu protesto com a minha declaração de voto”.-----

----Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação da autorização de reprogramação do PPI 2019 e a inserção de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para a construção da ligação da EN 329-1 a Germil, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Esta proposta de alteração do PPI é de uma obra intermunicipal que a CIM está a desenvolver no território através de contrato interadministrativo com a Câmara Municipal de Mangualde e de Penalva do Castelo relativamente à Estrada de Germil. -----

----Houve um atraso no lançamento da empreitada, porque aguardámos os cabimentos e compromissos dos municípios para podermos fazer o lançamento, pois não é uma obra financiada, é suportada pelas duas câmaras municipais. -----

----Posto isto, como a obra vai ter execução nos anos seguintes é necessária esta alteração às GOP’S dos PPI em cada um dos anos”. -----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de reprogramação do PPI 2019 e a inserção de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para a construção da ligação da EN 329-1 a Germil. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação da GOP 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente aos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 do procedimento para “Celebração de contrato do serviço público de transporte rodoviário da CIM Viseu Dão Lafões”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho cuja intervenção se transcreve:-----

----“É uma situação semelhante à anterior e tem a ver com o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros e a consequente alteração para lançamento do procedimento concursal para a escolha da concessão. Apenas dar nota que informação contém um lapso não é 2026, mas sim 2025”.-----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização de reprogramação da GOP 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente aos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 do procedimento para “Celebração de contrato do serviço público de transporte rodoviário da CIM Viseu Dão Lafões”. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 687/2019, de 12 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho cuja intervenção se transcreve:-----

----“É a autorização prévia genérica que os Senhores Deputados já estão habituados em cada assembleia em que se aprova o orçamento e o plano de atividades para o ano seguinte e também é um procedimento normal nas câmaras municipais e, portanto, nada de novo. A seguir a CIM apresenta a listagem de compromissos plurianuais assumidos, em cada uma das assembleias intermunicipais”.-----

----Não se verificando pedidos de intervenção foi colocado o referido documento a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Intermunicipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2020.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Apresentação da listagem dos compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 6 de abril de 2019 e 08 de novembro de 2019, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço n.º 689/2017, de 12 de novembro, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes cuja intervenção se transcreve: “Querida apenas dizer em defesa da honra da intervenção do Senhor Secretário Executivo e está relacionado com o Senhor Deputado Alberto Ascensão. Não houve qualquer desrespeito por esta assembleia. -----

----Colocou a questão e que lhe foi respondido é que não havia débitos com mais de três meses, que a falta de fundo de manuseio se devia não aos débitos das câmaras, mas sim há falta de pagamento dos fundos europeus. -----

----Portanto a resposta foi praticamente dada. Não íamos aqui, como devem compreender, enunciar município a município o que cada um deve e nem vínhamos munidos com essa relação. Aquilo que foi dito foi suficiente. -----

----Se os municípios há quatro anos tivessem aceitado aquilo que o Secretário Executivo propôs relativo ao aumento de quotas, possivelmente hoje não estaríamos com esta necessidade. Já nessa altura quando comparávamos as nossas quotas com as de outras CIM's, pagávamos uma sexta ou sétima parte das outras.-----

----Portanto nunca se conseguiu arranjar fundo de manuseio para a CIM. Mesmo o aumento que foi feito não será o necessário, pois a CIM tem hoje uma série de despesas e que são muito grandes. Possivelmente, no futuro, haverá necessidade de aumentar novamente as contas.-----

----Eu só queria deixar isto bem esclarecido. Não há qualquer tipo de desrespeito, mas se a Mesa o entender faz um requerimento à Comunidade Intermunicipal a pedir uma relação das dívidas das quotas das câmaras, pode fazê-lo e será entregue ao Senhor Presidente essa relação. -----

---Era apenas isto que queria deixar explícito e não podemos aceitar que seja dito que há qualquer desrespeito por parte do Conselho ou do Secretário Executivo para com esta Assembleia.-----

---Relativamente ao ponto onze a listagem foi facultada aos Senhores Deputados e é o que é normal apresentar nesta altura do ano”.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:

---“Eu não retiro nada do que disse e isto só veio confirmar que houve falta de respeito, pois agora já foi apresentado mais alguma coisa.-----

---Falta de respeito, não por mim, falta de respeito pelo órgão fiscalizador. Há aqui dados que talvez até constem dos documentos que temos, mas se nos trouxessem dados objetivos e foi o que eu pedi.-----

---Estas sessões são públicas e tudo o que aqui se trata tem de ser público.-----

---Assim, deixo um requerimento na forma verbal, à Mesa, para que solicite ao Conselho da CIM Viseu Dão Lafões os dados que eu pedi que me fossem fornecidos aqui nesta Assembleia. Concretamente, quanto é que os municípios devem de quotas à CIM e quais são esses municípios.-----

---Fica aqui o meu requerimento verbal, mas formalmente feito”.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:-----

---“A explicação que foi aqui dada pelo Senhor Presidente do Conselho para mim, é suficiente. O que me interessa é a ordem de grandeza e não o voyeurismo de quem deve três meses, até porque isso, suponho eu, deve ser volátil. Deve haver um período do ano em que há um mês em que deve mais do que noutro.-----

---Dizer que sim, é a primeira vez que nesta CIM se recorre a um empréstimo e é vê-lo pelo lado positivo, deve querer dizer que a CIM está a crescer.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:

---“Só para dizer, muito respeitosamente, que não considero que tenha sido uma falta de consideração por parte da CIM ou por parte do Senhor Secretário Executivo.-----

---Não é a primeira vez que se usa este tipo de argumentação perante esta Assembleia e acho que a argumentação usada pelo membro da Mesa está a desviar a atenção para o que é mais grave que é o facto de os fundos comunitários estarem em atraso.-----

---Isso sim, é uma falta de respeito por uma comunidade intermunicipal que está criada há tantos anos e que pela primeira vez de recorrer a um empréstimo de curto prazo.-----



----Isso sim, é uma falta de respeito!-----

----É uma falta de respeito também para as autarquias que querem executar os seus planos. ---

----Não vamos aqui tentar fazer a lavagem de uma situação que é grave.-----

----Mas também devo dizer aqui que nenhum de nós vai aceitar aquilo que aconteceu no passado, com algumas instituições, em que as câmaras foram atrasando os seus pagamentos e hoje estamos numa situação muito complicada para resolver a questão da aceitação da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu.-----

----Corroboro a ação do Senhor Deputado sobre as câmaras que devem e saber quem deve, mas não vamos aqui fazer a lavagem da questão gravíssima da CIM não receber atempadamente dos fundos comunitários”.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Eu vim aqui só para dizer que percebi a explicação que o Senhor Presidente do Conselho deu. Para mim, foi mais esclarecedora que a dada anteriormente pelo Senhor Secretário Executivo.-----

----Aquilo que o Senhor Deputado disse aqui sobre voyeurismo, isso sim, eu acho que não dignifica a Assembleia e não me pareceu que fosse isso que o Deputado Alberto Ascensão veio aqui fazer.-----

----Veio fazer aquilo que qualquer Assembleia faz, que é fiscalizar aquilo que é um órgão executivo e tem todo o direito de aqui pedir quais são as câmaras que devem.-----

----Agora, como o Senhor Presidente aqui o disse, pode não ter essa informação aqui no momento e pode facultar posteriormente.-----

----E é isso mesmo que devia ser dito, que não a tinham aqui neste momento, por não terem aqui os elementos disponíveis.-----

----Penso que talvez tenham de cumprir mais esta função de fiscalizar um órgão executivo, pedindo toda a informação que deve ser pedida”.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:--

----“A minha defesa a honra é quanto às afirmações do Senhor Deputado Telmo Antunes quando diz que eu desrespeitei o órgão ou o Secretário Executivo. Dizer que compreendo isso na medida que já foi Presidente de câmara e dizer que da sua parte não admito lições.-----

----Usei apenas os direitos que tenho em termos regimentais e não mais do que isso”.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:-----

----“Senhor Deputado, eu não disse isso! Disse que não considerava que houvesse uma falta de consideração por parte da CIM ou por parte do Senhor Secretário Executivo”.-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Fui visado e o Senhor Presidente da CIM fez um esclarecimento, mas não podia deixar de dizer que já estou na Comunidade Intermunicipal há alguns anos e muitos dos senhores deputados já me conhecem e sabem a minha forma de trabalhar e o compromisso que tenho com a instituição. -----

----Há pouco também não o disse e agradeço aqui a todos os chefes de equipa da CIM e reconhecer também aqui o todo o seu esforço, compromisso e dedicação, extensivo a todos os colaboradores da CIM.-----

----É a segunda vez, em duas assembleias seguidas, que acusam o Secretário Executivo de desrespeito à Assembleia e isso eu não posso aceitar. Na primeira deixei passar, mas hoje não o posso fazer.-----

----Penso que não desrespeitei a Assembleia, nem ninguém!-----

----Eu enquanto aqui estou dou toda a explicação de todas as matérias. Podem acusar-me de muita coisa, mas não quanto ao detalhe e explicação muito pormenorizada de todos os projetos e números. -----

----Permitam-me isto, já são muitos anos de trabalho convosco e com a Assembleia e com muitos dos senhores Deputados que têm vindo a repetir-se, ao longo dos anos, e não podia deixar passar isto pela segunda vez e sempre pelo Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----Vou dizer também que relativamente a esta situação foi-me perguntado, claramente, se a conta caucionada derivava das quotas em atraso e eu disse, claramente, que não. -----

----Outra questão que me foi colocada se havia quotas em atraso eu disse que não haveria mais de três meses de quotas em atraso por parte dos municípios. Disse, também, que em todas as reuniões do Conselho falamos com os Senhores Presidentes sobre os atrasos quando há necessidades de tesouraria pontuais.-----

----Podia ter acrescentado, sim, que podíamos entregar as listagens caso o Senhor Deputado assim o desejasse, mas não ter acrescentado isto, peço desculpa, não é motivo para me ser imputado falta de respeito por esta Assembleia e não aceito isso.”-----

----Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e duas horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. -----

